



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

RAFAELA SILVA FARIAS

**PLÁGIO ACADÊMICO: UMA ABORDAGEM ENTRE A DOCÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**CAMPINA GRANDE – PB
2012**

RAFAELA SILVA FARIAS

**PLÁGIO ACADÊMICO: UMA ABORDAGEM ENTRE A DOCÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Agda Patrícia Pontes de Aquino

CAMPINA GRANDE – PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

F224p Farias, Rafaela Silva.

Plágio Acadêmico: uma abordagem entre a docência de Comunicação Social./ Rafaela Silva Farias. – 2012.

21 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Ms. Agda Patrícia Pontes de Aquino, Departamento de Comunicação Social”.

1. Plágio Acadêmico. 2. Internet. 3. Docência. I. Título.

21. ed. CDD 001.42

RAFAELA SILVA FARIAS

**PLÁGIO ACADÊMICO: UMA ABORDAGEM ENTRE A DOCÊNCIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

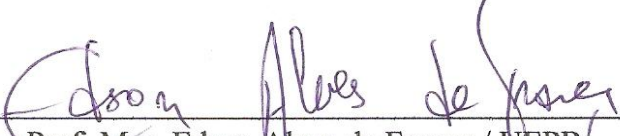
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Aprovada em: 13/11/12

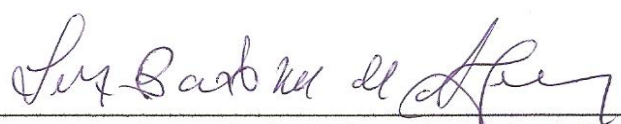
NOTA: 8,5



Prof.^ª Msc. Agda Patrícia Pontes de Aquino / UEPB
(Orientadora)



Prof. Msc. Edson Alves de França / UEPB
(Examinador)



Prof. Esp. Luiz Barbosa de Aguiar / UEPB
(Examinador)

PLÁGIO ACADÊMICO: UMA ABORDAGEM ENTRE A DOCÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESUMO

O desenvolvimento tecnológico acentuou a incidência de cópias indevidas no ensino superior. Diante da necessidade de discutir o tema, o objetivo do artigo é apresentar um estudo sobre como os docentes do Departamento do curso de Comunicação Social, da Universidade Estadual da Paraíba, entendem o plágio no meio acadêmico. A pesquisa foi realizada mediante a aplicação de questionários em salas de aula, utilizando a metodologia quantitativa de orientação descritiva. Os resultados encontrados identificam a carência em promover medidas institucionais que reduzam o problema, mas também apontam um maior comprometimento dos professores em informar e capacitar os discentes através da prática pedagógica.

Palavras-chave: Plágio Acadêmico; Internet; Docência.

ABSTRACT

The technological development has accentuated the incidence of unauthorized copies in higher education. Given the need to discuss the topic, the aim of the article is to present a study on how teachers of the Department of Social Communication course at the State University of Paraíba, understand the plagiarism in academia. The survey was conducted by means of the application of questionnaires in classrooms, using the quantitative methodology guidance descriptive. The results identifies a deficiency in promote institutional measures to reduce the problem, but also show greater commitment of teachers to inform and empower the students through pedagogical practices.

Keywords: Academic Plagiarism; Internet; Teaching.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. PLÁGIO NO ÂMBITO LEGISLATIVO.....	06
3. PLÁGIO NA ERA DIGITAL.....	08
4. PRODUÇÃO AUTORAL NA UNIVERSIDADE.....	10
5. METODOLOGIA.....	11
6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	12
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS.....	18
APÊNDICE.....	20

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, o conceito de plágio como usurpação intelectual, identificável criminalmente e passível de punição, só adquiriu contornos mais definidos a partir das transformações culturais que marcaram o processo de reconhecimento dos direitos do autor sobre a sua criação na esfera legislativa.

Dentro de uma cultura arraigada pela oralidade na transmissão do conhecimento, como na Antiguidade Clássica em que os mestres gerenciavam o saber aos discípulos mediante a retórica do discurso, copiar indevidamente obras literárias era uma prática aceitável visto que representava a única possibilidade efetiva de disponibilizá-las e preservá-las (LUCKESI, 2001; SILVA, 2008).

Na Europa medieval, também tal ação era enquadrada como admissível quando propagadora da produção textual para localidades de difícil acesso. Pois mesmo com o surgimento das universidades como unidades catedráticas de ensino superior, a cultura do letramento restringiu-se no sistema feudal aos nobres e ao domínio da Igreja Católica. Esta impondo uma visão teocêntrica ao pensamento da época (LUCKESI, 2001; SILVA, 2008).

Já na Idade Moderna, período estruturado socialmente no capitalismo e caracterizado pelo Iluminismo, as universidades tentam desvincular o racionalismo das marcas da doutrinação religiosa. Com o advento da impressão mecanizada, o objeto livro é redimensionado à categoria de artigo de consumo, de produto negociável, e a regulamentação da “cópia” por parte das editoras torna-se imprescindível na questão lucrativa. Fato que propiciou indiretamente salvaguardar a produção autoral em alçadas do Direito (LUCKESI, 2001; MORAES, 2004; SILVA, 2008).

Na contemporaneidade, com a revolução cultural acentuada pela globalização, surgem novas perspectivas à reprodução indevida de obras a partir da integração da educação e da tecnologia. O plágio assume outras dimensões que afetam a esfera do ensino superior, agora o acesso a produções textuais e a emissão do conhecimento extrapolam as vias institucionais, sendo ambos redefinidos pelo saber coletivo e dinâmico através da rede mundial de computadores.

[...] Com esse novo suporte de informação e de comunicação emergem gêneros de conhecimento inusitados, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, novos atores na produção e tratamento dos conhecimentos. Qualquer política de educação terá que levar isso em conta (LÉVY, 1999, p.167).

Neste atual contexto, o mundo digital evoca um cenário diverso no que se refere a tomadas de posições éticas. E, como expoente institucional do pensamento crítico e do debate, o comprometimento do ambiente universitário em legitimar a construção autoral na produção intelectual é posta em discussão.

Na tentativa de situar esta realidade, contribuindo para suscitar reflexões sobre esta questão de relevância sociocultural, o presente artigo se dedica a analisar a temática do plágio no meio acadêmico, objetivando verificar como a amostra do estudo, a docência da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), especificamente do curso de Comunicação Social, compreende alguns aspectos deste problema que reverberam em sala de aula.

2. PLÁGIO NO ÂMBITO LEGISLATIVO

Juridicamente, o plágio é configurado a partir do momento que se determina legalmente a violação do direito autoral de outrem. Em outras palavras, Schneider (1990) destaca que só há plágio quando se “[...] designa um comportamento refletido que visa o emprego dos esforços alheios e a apropriação fraudulenta dos resultados intelectuais de seu trabalho.” Neste sentido, Moraes (2004, p.95) igualmente conceitua como “[...] a imitação fraudulenta de uma obra, protegida pela lei autoral, ocorrendo verdadeiro atentado aos direitos morais do autor: tanto à paternidade quanto à integridade de sua criação.”

A legislação nacional vigente é a Lei Federal nº 9.610/98, denominada de Lei de Direitos Autorais (LDA), que dispõe de normas jurídicas que regulamentam os direitos do autor a fim de preservá-los diante de uma possível usurpação intelectual, ou seja, de um plágio. Sua aplicação também abrange a rede digital, modificando “[...] a concepção de que no meio eletrônico não existe fiscalização, deixando claro que a defesa existe em qualquer suporte, tangível ou não, que se conheça ou possa ser inventado.” (SILVA; DOMINGUES, 2008, p.121).

Essa lei foi o resultado de muitas discussões e debates no âmbito legislativo. As Leis nº 5.998/73 e 4.944/66 durante anos regularam no país as questões pertinentes aos chamados Direitos Autorais. Refletindo conceitos já existentes na legislação mais recente de outros países do mundo, a nova Lei observa o princípio previsto no art. 5º, incisos XXVII e XXVIII da Constituição Federal, ao mesmo tempo em que recepciona os princípios legais contidos nas convenções de Berna e de Roma, ambas ratificadas pelo Brasil. (BRAGA, 1999, p.1)

Visando assegurar o vínculo entre o criador e a criação intelectual, a LDA entende que a obra produzida é de propriedade intelectual do autor. Assim, o direito autoral é assegurado

perante a Lei no instante que se considera a posse do criador sobre sua criação, sendo esta cabível de proteção tanto por vieses morais quanto patrimoniais.

Os morais “[...] são os laços permanentes que unem o autor à sua criação intelectual, permitindo a defesa de sua própria personalidade.” (ECAD, 2012, sem página). Sendo assim, dão “[...] ao criador garantia de menção de título e nome de sua obra, opor-se a alteração que possa prejudicá-la, ou à sua reputação, modificá-la sempre que quiser, retirá-la de circulação e mantê-la inédita.” (NERY et AL., 2010, p.10).

Já os direitos patrimoniais do autor tratam do aspecto econômico da obra intelectual, de modo que “[...] podem ser transferidos ou cedidos a outras pessoas, às quais o autor concede direito de representação ou mesmo de utilização de suas criações. (ECAD, 2012, sem página). Porém, eles “[...] expiram até 70 anos após a morte do autor, quando a sua obra passa a ser considerada de ‘domínio público’.” (NERY et AL., 2010, p.10).

Por outro lado, Silva e Domingues (2008, p.122) ressaltam que “a LDA traz certos limites [...] para que as informações não sejam totalmente bloqueadas, ou seja, para que possam ser acessadas como forma de obtenção de conhecimento.” Conforme expresso, por exemplo, no art. 46, inciso III, em que os direitos autorais não são violados quando há “menção, desde que referenciada a autoria com todos os indicativos de consulta, não se constitui em ato ofensivo, capaz de caracterizar o plágio” (BRASIL, Lei 9.610, 1998).

[...] O Direito Autoral nasceu para estimular a criação, e não para engessá-la. Obras semelhantes podem perfeitamente coexistir de forma harmônica, sem a incidência de plágio [...] O exagero existente na “plagiofobia” merece rechaço. Ir além do verdadeiro alcance da proteção autoral fere, inclusive, o direito de livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação [...] (MORAES, 2004, p.97).

Dessa forma, desde que o graduando mencione as ideias explicitadas como produções de outros autores, empregando as orientações instituídas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no uso correto de citações e paráfrases, o acesso às diversas fontes bibliográficas contribui para engendrar intelectualmente a elaboração do trabalho acadêmico-científico.

Neste sentido, através desse diálogo intertextual, seja abordando uma mesma temática ou utilizando suportes teóricos de outrem, a produção autoral do discente é beneficiada, principalmente por conferir embasamento teórico e atribuir pluralidade ao texto, caracterizando-o pelo constante ampliar de significações.

Para tal, no entanto, é necessário atentar para a utilização crítica desse recurso a fim de que se possa sair “[...] da condição de sujeito acomodado e reproduzidor de modelos textuais

para um sujeito capaz e consciente do seu dizer/escrever.” (SILVA, 2006, p. 362). Assim, “[...] preocupar-se com o processo de produção do conhecimento por parte do aluno é elemento central para a consecução de uma proposta que vise valorizar o aluno como autor.” (ABRANCHES, 2008, p.10).

Nota-se, então, em relação ao crime contra a propriedade intelectual, que a legislação brasileira atribui ao plágio uma dimensão de “[...] violação à dignidade da pessoa humana, princípio fundamental no Estado Democrático de Direito [...]” (MORAES, 2004, p. 96). Nessa perspectiva, é importante “[...] estar ciente que a infração dos direitos autorais é crime previsto pelo Artigo 184 do Código Penal e que a punição prevista para aquele que infringi-la varia do pagamento de multa até reclusão de quatro anos [...]” (SILVA; DOMINGUES, 2008, p. 122).

3. PLÁGIO NA ERA DIGITAL

É importante dimensionar a definição de autor e a ação do plágio no universo acadêmico-científico na conjuntura de sociedade digital caracterizada pelo acesso livre à informação, assim como analisar as possibilidades de construção do conhecimento nas instituições de nível superior diante da incidência cada vez maior da apropriação indevida de textos produzidos por outrem (PERISSÉ, 2006; SILVA, 2008).

No entanto, é ilusório quando se menciona obstáculos na produção autoral acadêmica o embate entre o mundo digital e a educação. Pois, mesmo o ciberespaço tendo reconfigurado modelos socioeducacionais, é indevido demarcá-lo na condição de culpado. O problema, de acordo com Abranches (2008), não decorre de uma circunstância própria a essa nova tecnologia, mas sim dos entraves históricos associados a um contexto pedagógico defasado no processo de aprendizagem.

Essa perspectiva parece muito apropriada porque vai além da postura policialesca de controle, perseguição e penalização, passando à adoção de estratégias tipicamente educativas que compreendem a conscientização, orientação e formação de uma postura calcada em valores. O que, dito enfaticamente, tem muito mais a ver com o escopo da instituição educacional (KROKOSZ, 2011, p. 752).

O plágio, então, não seria um problema das novas tecnologias da comunicação e informação, ele é realmente imputado a uma crise de valores na sociedade e a modelos de aprendizagem deficitários (MORAES, 2004). Pois sendo a cibercultura proveniente de

processos sociais, não é válido identificá-la como um agente independente, ela é fundamentalmente resultante de relações humanas (LÉVY, 1999).

Longe de estigmatizá-la negativamente, Lévy (1999) compreende que há na cibercultura um sistema privilegiado em moldar profundamente a civilização, sobretudo impactando a realidade educacional no favorecimento do campo da autonomia mediante a uma aprendizagem coletiva.

Corroborando com esta visão, Moraes (2004) considera a Internet como fonte inesgotável de possibilidades para a pesquisa crítica do discente. Assim, também, afirmam Silva (2008) e Garcia (2012) ao destacá-la como um mecanismo a ser ainda explorado na aprendizagem do aluno, de forma a alicerçar suas competências acadêmicas e a instaurar possibilidades que fomentem a reflexão e a formação da identidade do acadêmico.

Entretanto, mesmo desempenhando função substancial na compreensão de mundo e na prática pedagógica, Perissé (2006, p.12) atenta que a Internet “[...] como qualquer realidade humana, possui ‘brechas’ perigosas, abertas por nós próprios. Uma delas tem permitido que os estudantes pesquisem sem pesquisar.” Neste sentido, a realidade acadêmica não condiz com as transformações paradigmáticas.

Como exemplificação, Santana e Joberto (2006) apontam que através da Internet estima-se que 30% dos discentes cometam plágio. Caso que, em certo ponto, ganha maiores proporções com o aprimoramento em “camuflá-lo”, principalmente por apresentar determinados artifícios constitutivos da sua natureza enquanto rede digital, como a rapidez na busca por conteúdo e fragmentação da produção intelectual em uma linguagem de hipertextos e signos (ABRANCHES, 2008; SILVA, 2008).

Como manter as práticas pedagógicas atualizadas com esses novos processos de transação de conhecimento? Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de *acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização* que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e as culturas dos sistemas educacionais tradicionais e sobretudo os papéis do professor e do aluno (LÉVY, 1999, p.172, grifo do autor).

A esse respeito, Moraes (2004, p.98) enfatiza que “A internet, sem dúvida, potencializa a incidência do plágio. Contudo, é preciso advertir: a proliferação da desonestidade intelectual nas universidades brasileiras não é culpa da Internet [...] Culpá-la é interpretar estreitamente o problema.”

Assim, mesmo não sendo o plágio acadêmico um fenômeno oriundo da Internet, há um desafio envolvendo o impacto do uso dessa tecnologia na formação do graduando,

especialmente devido ao subaproveitamento do potencial crítico-pedagógico dessa ferramenta na educação superior (VAZ, 2006; GARCIA, 2012).

Tal desafio é sustentado por Lévy (1999, p.167), ao abarcá-lo em um panorama amplo de discussão, em que “A defesa de poderes exclusivos, da rigidez institucional, a inércia das mentalidades e das culturas podem, evidentemente, levar a usos sociais das novas tecnologias que sejam muito menos positivos de acordo com critérios humanistas.”

4. PRODUÇÃO AUTORAL NA UNIVERSIDADE

O plágio, muitas vezes é analisado sob um prisma estritamente imediatista: o mal intento do graduando e a facilidade em apropriar-se indevidamente de textos da Internet. Contudo, o maior incentivo a prática do plágio é o sistema educacional não viabilizar práticas estruturadas pedagogicamente na capacitação intelectual do acadêmico. Com efeito, é preciso que se desenvolvam alternativas para que o aluno construa uma identidade com a produção do trabalho acadêmico, que se reconheça como agente ativo no processo de ensino-aprendizagem (ABRANCHES, 2008).

A mesma opinião é compartilhada por Silva (2008) que avalia como causa principal do plágio a realidade educacional ligada à reprodução de um modelo arbitrário que não promove processos interativos e éticos no processo de produção autoral e intelectual do graduando.

Tal modelo é um vestígio histórico gerado a partir de um ensino dogmático, no tocante a posturas impositivas que concebem a prática educativa desarticulada do livre debate de ideias, meramente receptiva. Que, segundo Luckesi (2001, p.39), “[...] é um modelo de universidade que não exercita a criatividade, não identifica nem analisa problemas concretos a serem estudados, que não incentiva o hábito do estudo crítico.”

De tal maneira que, só quando este paradigma pedagógico for redefinido, o uso crítico da Internet será assegurado, que para Garcia (2012) corresponde à implementação de ações efetivas que possibilitem o processo de aprendizagem – autonomia e autoria. Para tal, faz-se necessário uma nova postura acadêmica perante a escrita, no tocante ao exercício da produção, em que se possa produzir intelectualmente, tornando o graduando sujeito do conhecimento (FURTADO, 2002; SILVA, 2008).

Nesse caso, o plágio não é entendido como um problema isolado do aluno, mas com uma realidade que diz respeito à instituição em sua totalidade e requer propostas de enfrentamento que tenham essa característica de globalidade, ou seja, que envolvam os alunos, professores, orientadores e gestores (KROKOSZ, 2011, p. 752).

Atentando para essa transformação que abrange um processo de autonomia na universidade viabilizada pela produção intelectual, Freire (1996) propõe que a docência subsidie no espaço pedagógico uma associação entre o conhecimento transmitido e o conhecimento de mundo do aluno e sua identidade cultural. Conforme o autor, tal ação só seria balizada mediante o desenvolvimento da experiência da pesquisa desde o princípio da vida acadêmica.

Pois, como afirma Garcia (2012 p. 62): "Não dar nenhum sentido aos trabalhos acadêmicos solicitados é sem dúvida o maior incentivo ao plágio." Muitas vezes, conforme enfatiza Moraes (2004), a falta de finalidade dado à produção acadêmica proposta pelo professor, apenas como avaliação de nota, é uma desmotivação para produzir um texto autoral. Assim, o docente deve propor discussões sobre a prática pedagógica com o intuito firmar vínculos efetivos entre o aluno e o trabalho exigido, estimulando-o a descobrir novas alternativas de aprendizagem.

Neste sentido, ao receber tais trabalhos deve-se solicitar ao aluno seu processo de produção de conhecimento. Aqui estão envolvidas questões como formas de fazer, recursos a fontes determinadas, tipo de análise feita, construção do trabalho final. Isto irá possibilitar que se olhe para o processo e não somente para o resultado final. (ABRANCHES, 2008, p. 10)

Sendo assim, diferentemente da educação meramente impositiva que anula o senso crítico do discente e incentiva o ato de plagiar, o diálogo entre educador e educando é a alternativa eficaz para instrumentalizar eticamente a pesquisa no ensino superior, fomentando a produção intelectual. Surgindo, então, a urgência em alterar o modelo pedagógico vigente a fim de minimizar o plágio e “[...] criar um espaço nos entre-lugares da academia – onde geralmente se dão os embates e as ambivalências – que engendre a constituição da autoria.” (SILVA, 2008, p.364).

5. METODOLOGIA

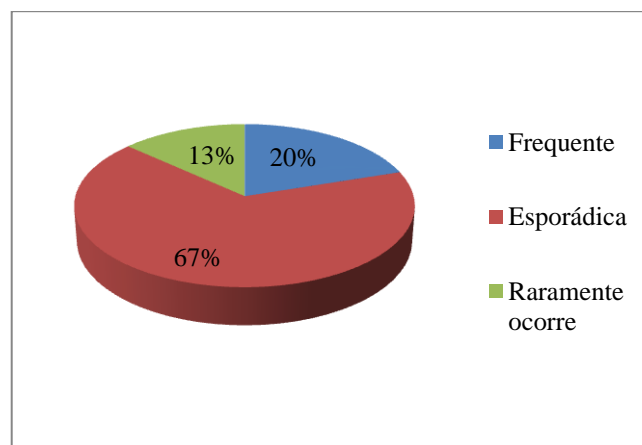
Para este estudo adotou-se uma metodologia de orientação descritiva com a abordagem quantitativa. Compreende-se aqui por pesquisa quantitativa um conjunto de técnicas que pretendem descrever os componentes de um sistema de acepções, fazendo o uso de uma coleta ordenada de informações e analisando-as através de elementos mensuráveis e observáveis da experiência humana a fim de “[...] estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real.” (TEXEIRA, 2011, p.136).

O universo da pesquisa contemplou quinze professores, integrantes do corpo docente do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Estadual da Paraíba. A coleta de dados foi obtida em sala de aula através da aplicação de um questionário¹ composto de dez questões de caráter objetivo acerca do plágio no meio acadêmico. As respostas dos professores, sujeitos da pesquisa, foram reunidas e apresentadas em gráficos para um melhor entendimento.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira questão solicitava a indicação de incidência dos trabalhos plagiados nas disciplinas semestrais ministradas pelos docentes do curso. Como observado, a área que apresenta a maioria (67%) relatou ser um problema de ordem esporádica, enquanto que em outras áreas do gráfico constatou-se a presença frequente (20%) e rara (13%) do plágio.

Gráfico 1 – Referente à ocorrência do plágio.

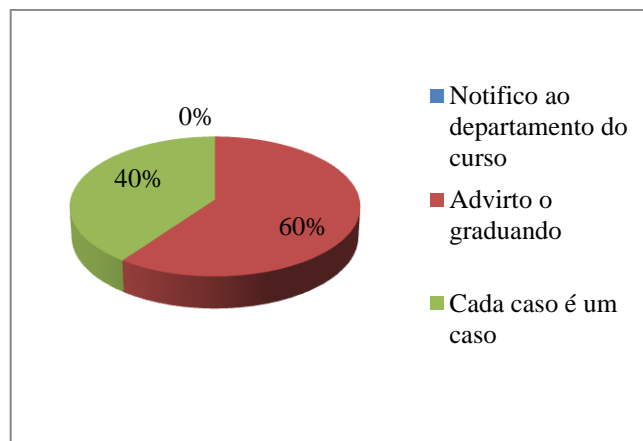


Fonte: Dados da pesquisa

Diante da porcentagem dos professores consultados que já se depararam com trabalhos plagiados, como visto no gráfico 1, questionou-se o posicionamento dos docentes com os alunos que plagam. Não obtendo nas respostas resultados de notificações à coordenação do curso (0%), os docentes consideraram a relatividade de cada caso (40%) e trataram o plágio como problema referente à esfera pedagógica, advertindo o graduando quando necessário (60%).

Gráfico 2 – Questionamento sobre o posicionamento diante do graduando que comete o plágio.

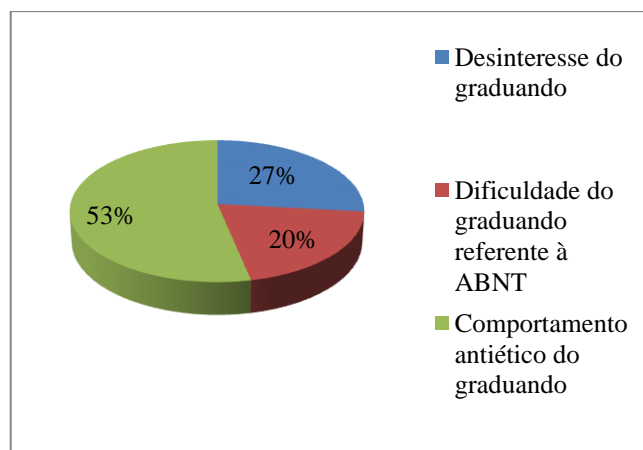
¹ Ver APÊNDICE.



Fonte: Dados da pesquisa

O terceiro gráfico apresenta os possíveis elementos que caracterizam o plágio na vida acadêmica do graduando. A maioria dos professores consultados optaram pela escolha do comportamento antiético como atributo decisivo (53%). Mas, evidenciou-se, nas respostas dos consultados, a carência de instrumentalização dos discentes que plágiam a produção autoral de outrem, no que tange ao uso das normatizações técnicas da ABNT (20%), e a falta de estímulo do aluno ao trabalho acadêmico proposto (27%).

Gráfico 3 – Relativo à percepção dos professores sobre qual aspecto predominante o plágio está atrelado.

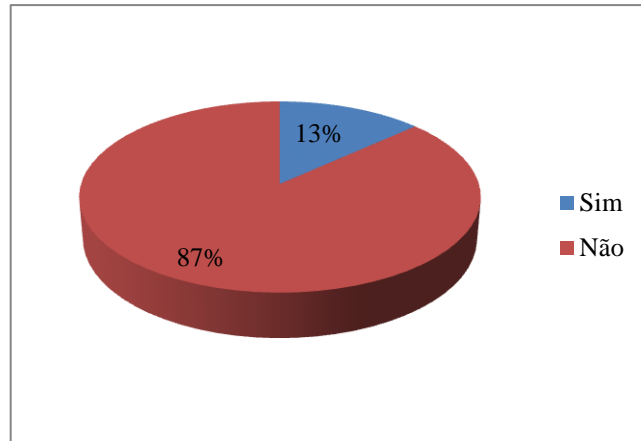


Fonte: Dados da pesquisa

Pertinente ao gráfico anterior que faz menção a um desinteresse dos alunos que plágiam (27%), na questão 4 indagou-se sobre o propósito dos trabalhos acadêmicos nas disciplinas. A minoria dos docentes (13%) informou requisitá-los somente para fins avaliativos de nota. Ao contrário da opção expressamente mais assinalada (87%) que parece

revelar uma consciência em agregar a produção textual do estudante a uma contextualização que o insira no mundo da pesquisa, atribuindo sentido à prática pedagógica no curso.

Gráfico 4 – Quanto ao percentual de docentes que exigem trabalhos que visam unicamente a complementação da nota.

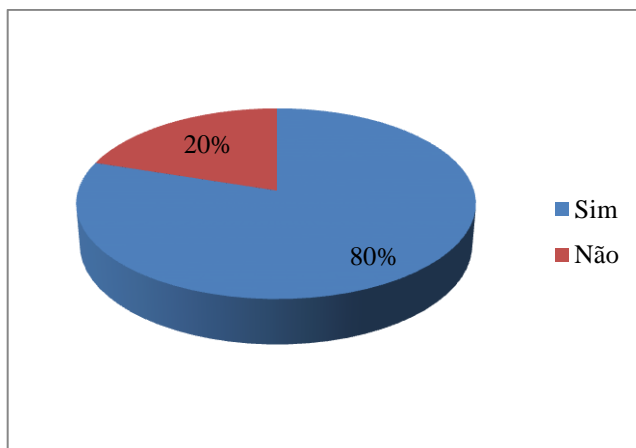


Fonte: Dados da pesquisa

As próximas perguntas fazem referência às novas tecnologias da informação e comunicação. No gráfico 5, os professores questionados afirmaram ser a Internet uma ferramenta agravante do plágio (80%), já o menor percentual (20%) não a encarregam de tamanha influência. Os resultados parecem denunciar a necessidade de promover ações que redirecionem a rede digital ao favorecimento do ensino-aprendizagem, servindo de importante auxílio na pesquisa crítica e produção intelectual do discente.

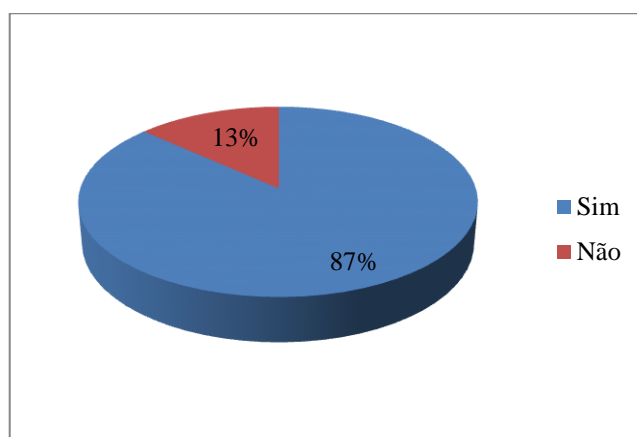
Relacionado à questão anterior, o gráfico 6 mostra que um pequeno percentual de professores diz não explorar a Internet para detectar o plágio na produção dos alunos (13%), enquanto que a maioria afirma buscar resquícios de plágio na rede digital (87%). Percebe-se, então, que ao mesmo tempo que intensifica o plágio, o mundo digital propicia a identificação das cópias textuais indevidas, por exemplo na utilização de softwares específicos, na verificação dos portais de periódicos científicos ou simplesmente acessando o Google.

Gráfico 5 – Opinião dos professores sobre a Internet como mecanismo de acentuação do plágio.



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 6 – Representa a porcentagem de docentes que utilizam a Internet para detectar trabalhos plagiados.

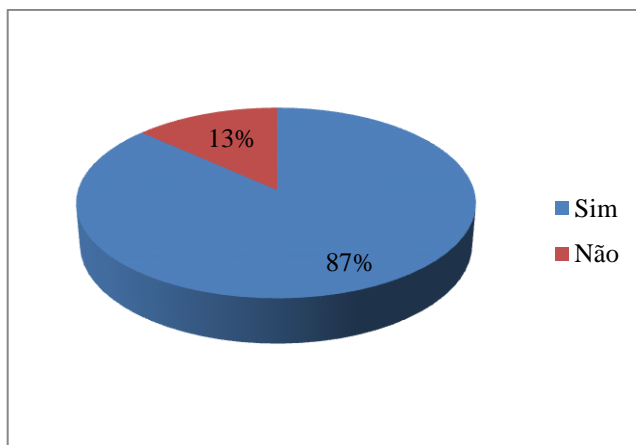


Fonte: Dados da pesquisa

Nas questões sétima e oitava foram abordadas as orientações dadas pelos professores a fim de diminuir a incidência do plágio. No gráfico 7, a minoria representada na área diz não apresentar informações específicas sobre Direito Autoral aos discentes (13%), enquanto a maioria compreende a relevância da questão, afirmando que as implicações legais do plágio devem ser tratadas pela docência em sala de aula (87%).

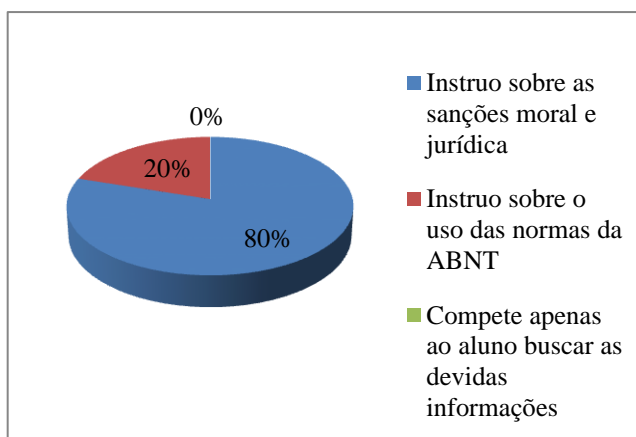
Já no gráfico 8, evidenciou-se uma preocupação em informar sobre as sanções moral e jurídica do plágio (80%) e elucidar dúvidas referentes às normatizações da ABNT (20%). Todos consideraram importante atrelar tais instruções à prática acadêmica, pois não houve respostas para a alternativa que menciona como competência do acadêmico buscar esclarecimentos de forma dissociada (0%).

Gráfico 7 – Porcentagem de professores que orientam os alunos sobre implicações legais do plágio.



Fonte: Dados da pesquisa

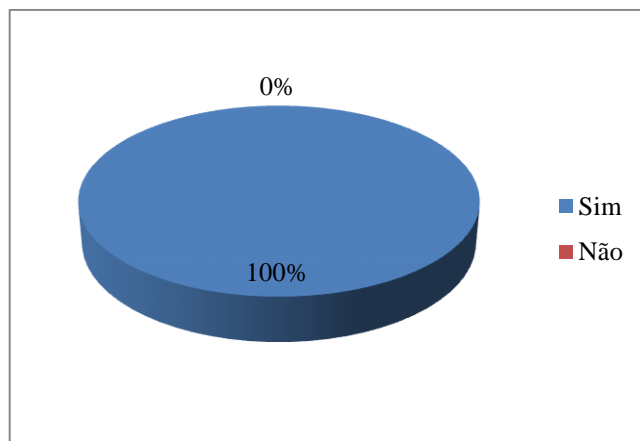
Gráfico 8 – Resultados obtidos quanto às medidas para esclarecer os alunos sobre o plágio.



Fonte: Dados da pesquisa

A próxima questão trata da responsabilidade da docência em promover ações que fomentem a produção autoral e ética dos graduandos. A maioria absoluta considera importante para o processo educacional instaurar condições favoráveis para o desenvolvimento de sujeitos críticos (100%). Tal resultado apresentado demonstra a necessidade em validar o método de ensino-aprendizagem a partir de um saber acadêmico calcado no diálogo crítico entre educador e educando, em vez de um saber apenas transmissivo e irrefletido.

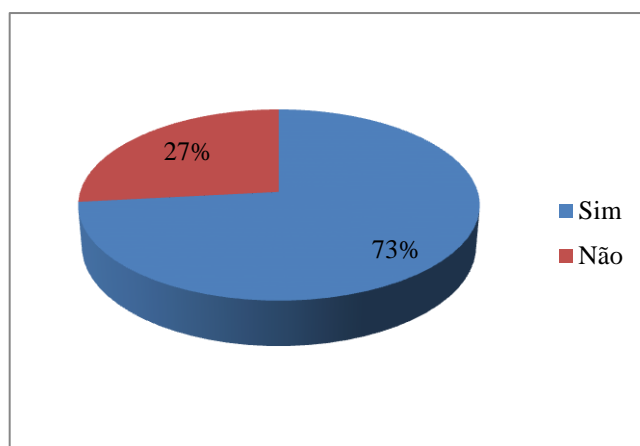
Gráfico 9 – Percentuais de resposta para o questionamento sobre os estímulos à produção autoral e ética.



Fonte: Dados da pesquisa

A última pergunta feita aos docentes diz respeito à instituição do ensino superior e uma possível falha em minimizar o plágio. A maior porcentagem sinaliza como insuficiente as tentativas institucionais para diminuir o plágio (73%), já a minoria representada na área aponta como dispensável medidas efetivamente institucionais a fim de atenuar o problema (27%).

Gráfico 10 – Apresenta a porcentagem de professores que consideram o meio acadêmico deficiente em minimizar o plágio.



Fonte: Dados da pesquisa

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentando uma raiz histórica à questão do plágio acadêmico não pode ser tratada perante uma “vilanização” do desenvolvimento tecnológico. Como visto, mesmo considerando o impacto no aumento da incidência de cópias indevidas, a rede digital é um

mecanismo essencial utilizado pelos professores na detecção do plágio e, também, um agente que potencializa as possibilidades da construção do saber crítico do aluno.

O comportamento antiético do graduando está sendo viabilizado pela permanência dos métodos de ensino-aprendizagem que não dão o suporte necessário à produção intelectual e autoral. Este estudo permitiu constatar como os professores do curso de Comunicação Social, da UEPB, atribuem relevância à prática pedagógica em sala de aula para atenuar o plágio, dando informação e capacitação ao estudante. E, ainda, verificar uma lacuna institucional em maximizar medidas que viabilizem a coibição do problema.

Neste sentido, é preciso reconhecer o caráter inacabado do estudo, no que diz respeito à intenção de não findar a abordagem do problema. Sobretudo evidenciando a necessidade de novas pesquisas que acrescentem outros olhares no intuito de contribuir para a discussão e reflexão desta temática na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Paulino. O que fazer quando eu recebo um trabalho ctrl c + ctrl v? Autoria, pirataria e plágio na era digital: Desafios para a prática docente. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 2., 2008. **Anais eletrônicos**. Recife: UFPE, 2008. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Sergio-Abranches.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2012.

BRAGA, Glória. A nova Lei de Direitos Autorais no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 31, 1 mai. 1999. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/617>>. Acesso em: 31 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 136, n. 36, p. 3-9, 20 fev. 1998.

ECAD. **A Instituição**. ECAD. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/viewcontroller/Publico/conteudo.aspx?codigo=48>>. Acesso em: 1 nov. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, José Augusto Paz Ximenes. Trabalhos acadêmicos em direito e a violação de direitos autorais através de plágio. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n.60, nov. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3493>>. Acesso em: 28 out. 2012.

GARCIA, Lurdes Santos. A relação entre internet, pesquisa e plágio. In: GIRAFFA, Lucia Maria Martins et al. (Org.). **(Re)invenção pedagógica? Reflexões acerca do uso de tecnologias digitais na educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. Disponível em:

<<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0160-5.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2012.

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.48, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a11.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LUCKESI, Carlos Sipriano. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, Rodrigo. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Revista Diálogos Possíveis**, Bahia, ano 3, n. 01, p. 91-109, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/4/06.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

NERY, Guilherme; BRAGAGLIA, Ana Paula; CLEMENTE, Flávia e BARBOSA, Suzana (Comissão de Avaliação de Casos de Autoria). **Nem tudo que parece é plágio: cartilha sobre plágio acadêmico**. Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro/RJ, 2010. Disponível em: <http://www.propi.uff.br/portaIagir/sites/default/files/cartilha_autoria_-_digital.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2012.

PERISSÉ, G. Nossos filhos não sabem usar o *mouse* ético. n. 01, p. 12-14, ago. 2006. **Revista Máxxima**. Disponível em: <<http://www.revistamaxxima.com.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

SANTANA, Joseval de Melo; JOBERTO, Sérgio Barbosa Martins. **Um sistema para detecção de plágio em ambiente de aprendizagem virtual**. Disponível em: <<http://www.nuppead.unifacs.br/artigos/Paper-JobertoMartins-fpve03%20Joberto.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a pnicanálise e o pensamento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

SILVA, A. K. L.; DOMINGUES, M. J. C. Plágio no Meio Acadêmico: De que forma alunos de pós-graduação compreendem o tema. **Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, v. 3, n. 2, p. 117-135, ago./dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/viewFile/448/247>>. Acesso em: 29 out. 2012.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n.38, p. 357-414, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2012.

TEXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 8. ed. RJ: Vozes, 2011.

VAZ, Telma Romilda Duarte. O avesso da ética: a questão do plágio e da cópia no ciberespaço. **Cadernos de Pós-Graduação - Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 159-172,

2006. Disponível em:

<http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/cadernos_posgraduacao/cadernosv5n1edu/cdposv5n1edu_2_13.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2012.

APÊNDICE

Questionário

1. Qual a incidência de trabalhos plagiados em sua disciplina?

a) Frequente.

b) Esporádica.

c) Raramente ocorre.

2. Qual o seu posicionamento diante do aluno que comete o plágio?

a) Advirto o graduando sobre o trabalho plagiado.

b) Notifico ao departamento do curso, encarregando-o da resolução do problema.

c) Depende, cada caso é um caso.

3. Comumente, na sua disciplina, qual aspecto principal o plágio está atrelado?

a) Desinteresse do graduando com o trabalho exigido.

b) Dificuldade do graduando referente às normatizações da ABNT.

c) Comportamento antiético do graduando.

4. Trabalhos exigidos em sua disciplina têm como única finalidade a complementação de nota?

() Sim.

() Não.

5. A Internet é um mecanismo que acentua a ocorrência do plágio?

() Sim.

() Não.

6. Utiliza a Internet, por exemplo consultando o Google, para detectar trabalhos plagiados?

() Sim.

() Não.

7. Orienta o aluno sobre Direitos Autorais, bem como as implicações legais do plágio?

() Sim.

Não.

8. O que faz enquanto professor para esclarecer o aluno?

a) Instruo o aluno sobre as sanções moral e jurídica que o plágio acarreta.

b) Instruo o aluno sobre o uso das normas da ABNT.

c) Compete unicamente ao aluno buscar meios de produzir um trabalho de forma ética sem plagiar.

9. É responsabilidade do professor incentivar o aluno à produção de trabalhos de forma autoral e ética?

Sim.

Não.

10. Visto que há um aumento considerável do plágio no meio acadêmico, há uma deficiência da universidade em minimizar tal problema?

Sim.

Não.